

COMPANHIA DE JESUS
PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS DO BRASIL



PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL
- MARCO DE ORIENTAÇÃO -

COMPANHIA DE JESUS
PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS DO BRASIL



JESUITAS BRASIL

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL
- MARCO DE ORIENTAÇÃO -

RIO DE JANEIRO 2016

JOÃO RENATO EIDT, *SJ* - Provincial

EUDSON RAMOS, *SJ* - Sócio

JOÃO GERALDO KOLLING, *SJ* - Administrador

SECRETARIADO DE ARTICULAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A MISSÃO

Carlos Alberto Contieri, *SJ* – Colaboração com os outros, fé e espiritualidade

Jonas Elias Caprini, *SJ* – Juventude e vocações

José Ivo Follmann, *SJ* – Justiça Socioambiental

Carlos Henrique Müller, *SJ* – Secretário Provincial

DELEGADOS

Mário Sündermann, *SJ* – Educação Básica

Adelson Araújo dos Santos, *SJ* – Formação

SUPERIORES DE PLATAFORMA APOSTÓLICA

Alexandre Raimundo de Souza, *SJ* (Nordeste 2), Antonio Tabosa Gomes, *SJ* (Centro-oeste),

Cláudio Antônio Lorencini, *SJ* (Nordeste 1), Inácio Luiz Rhoden, *SJ* (Amazônia), Luiz Neis, *SJ*

(Sul 2), Mieczyslaw Smyda, *SJ* (Leste), Vicente Palotti Zorzo, *SJ* (Sul 1).

SUPERIORES DE FORMAÇÃO

Edison de Lima, *SJ* (Teologado), Kleber Barberino Chevi, *SJ* (Juniorado/Filosofado), Jair Barbosa

Carneiro, *SJ* (Noviciado).

COMUNICAÇÃO DA PROVÍNCIA

Anselmo Geraldo do Nascimento Dias, *SJ* (Coordenador)

OUTRAS COORDENAÇÕES NACIONAIS

Pedro Rubens de Oliveira, *SJ* (Fórum de Reitores de Instituições de Ensino Superior),

Pedro Pereira da Silva, *SJ* (Fé e Alegria), Eliomar Ribeiro de Souza, *SJ* (Apostolado da Oração e MEJ - Movimento Eucarístico Jovem), Jackson Alves de Carvalho, *SJ*

(Comunidades de Vida Cristã).

FÓRUM PERMANENTE DE INTERLOCUÇÃO SOBRE A JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL - FJSA

José Ivo Follmann, *SJ* (Coord.), Adevanir Aparecida Pinheiro (NEABI), Agnaldo B. Duarte, *SJ* (MAGIS), Alex Gonçalves Pin, *SJ* (CCB), Aloir Pacini, *SJ* (Indígenas), Carlos James dos Santos, *SJ* (FyA), Clovis Crispiniano do Carmo Cabral, *SJ* (NEABI), Cristiana Lins Pires (ANI), Davidson Braga Santos, *SJ* (Rede SJR-ZANMI), Elen Catarina Lopes (CEAS), Élio Estanislau Gasda, *SJ* (FAJE), Francisco Ivern Simó, *SJ* (PUC-Rio), Franclim Jorge Sobral de Brito (ESDDHC), Gilbraz Aragão (IHU), Idinei Augusto Zen, *SJ* (CCIAS), Inácio Neutzling, *SJ* (IHU), Jerfferson A. de Souza, *SJ* (CEAS), Jonas Jorge da Silva (CEPAT), Jose Maria Andrade Couto, *SJ* (CSF), Karen Schmidt Espíndola (Colégio Catarinense), Leila Pizzato (ASAV), Lúcio Flávio Cirne, *SJ* (IHU), Luiz Araújo Gomes Pinto Jr, *SJ* (Paróquia de Russas), Luiz Felipe Lacerda (OLMA), Marcos Augusto B. Mendes, *SJ* (IHU), Marilene Maia (IHU), Paulo Domingos Pelizer, *SJ* (CJCIAS), Paulo Tadeu Barausse, *SJ* (SARES), Pedro Pereira da Silva, *SJ* (FyA), Pedro Rubens Ferreira, *SJ* (UNICAP), Roberto Rossi (CBFJ), Sandoval Alves Rocha, *SJ* (SARES), Silvio M. S. Santos, *SJ* (MAGIS), Tatiane A. Silva de Sant'Ana (ANEAS), Thierry L. de Guertechin, *SJ* (CCB), Vanildo Pereira da Silva Filho, *SJ* (Indígenas).

ÍNDICE

Carta do Provincial	09
Introdução histórica	11
“Supressão” e “restauração”: antes e depois	12
Centro João XXIII/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social – Cias/Ibrades	16
Centro de Estudos e Ação Social – Ceas	17
Centro de Documentação e Pesquisa - Cedope	18
Novas dinâmizações do Apostolado Social presentes nas extintas Províncias, nas últimas duas décadas	19
BAM – Região Brasil Amazônia (extinta em 2014)	19
BRM – Província do Brasil Meridional (extinta em 2014)	20
BNE – Província do Brasil Nordeste (extinta em 2014)	20
BRC – Província do Brasil Centro-Leste (extinta em 2014)	21
BRA – Província dos Jesuítas do Brasil: novas compreensões e novos encaminhamentos	22
Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental	24
(A) O Marco PJSA	24
(B) O momento que vivemos e novos apelos da Igreja	27
(C) A missão da Companhia de Jesus	28
(D) Princípios, diretrizes e orientações	29
(E) Trabalho em rede	31
(F) Agenda estratégica	32
(G) Os seis modos de proceder	36
(H) Perspectivas e indicações de funcionamento da Rede de PJSA	37
(I) Encaminhamentos transitórios	38

ANEXOS

Anexo I - A missão: CPAL, BRA, PAM-SJ	39
Anexo II - Pedagogia inaciana: momentos geradores	40
Anexo III - Matriz do Marco para a Promoção da Justiça Socioambiental	41



Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2016

Estimados companheiros jesuítas e colaboradores,

O Marco de Orientação da Promoção de Justiça Socioambiental – Marco PJSA, que ora apresentamos, é fruto de longas reflexões, partilhas, análises e leituras da realidade na qual vivemos e realizamos a missão que visa à “superação do abismo da desigualdade socioeconômica e suas graves implicações sociais, culturais e ambientais” (Opção Preferencial do Plano Apostólico da Província).

No Plano Apostólico, falamos que “uma leitura sapiencial da realidade ajudou-nos a identificar ‘fronteiras e sinais dos tempos’ que se apresentam, por um lado, como provocações, interpelações e oportunidades; por outro, como desafios, conflitos e ameaças, que nos convidam à solidariedade com os que sofrem seus efeitos” (Plano Apostólico dos Jesuítas do Brasil, II, 4). O Marco PJSA é uma resposta muito concreta por meio da qual a Província colocará em prática suas forças e recursos em favor da vida. Trata-se de um instrumento de trabalho que guiará as ações apostólicas da Província no horizonte da Promoção da Justiça Socioambiental em todas as frentes de nosso apostolado.

Tenho, pois, caros companheiros e colaboradores, a alegria de aprovar e apresentar esse instrumento, que será muito útil para que o Corpo Apostólico da Província consiga produzir muitos e bons frutos na superação das grandes desigualdades já endêmicas em nosso país, reflexo da corrupção e da injustiça históricas que assolam nossa sociedade.

Bom trabalho e, acima de tudo, coragem e entusiasmo com as provocações, interpelações e oportunidades que o Marco PJSA apresenta.

Pe. João Renato Eidt, SJ
Provincial dos Jesuítas do Brasil

INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Pe. José Ivo Follmann, SJ¹

A Província dos Jesuítas do Brasil, criada em 16 de novembro de 2014, vem dando seus primeiros passos, em seu formato único, sucedendo a um quadro múltiplo de três Províncias e de uma Região Apostólica. No que diz respeito à dimensão da Promoção da Justiça Socioambiental, os anos de 2015 e 2016 podem ser definidos como dois anos de construção e articulação da nossa proposta de *ressignificação* do Apostolado Social dentro do novo contexto.

Ocorreram diversos movimentos, destacando-se, sobretudo, a revisita a resultados de grupos de trabalho anteriores e os fóruns de avaliação e reorientação de obras pontuais, bem como uma leitura das novas perspectivas e dinâmicas com relação ao compromisso com a justiça socioambiental, que se consolidam, com erros e acertos, na maioria das frentes apostólicas da Província. Por dentro desses movimentos, cresceu em nós a consciência da importância da história social da Companhia de Jesus no Brasil e das interrogações e legados para o futuro, nela presentes. Assim, antes de propor a releitura do Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental – **Marco PJSA**, que é o objeto desta publicação, sentimos a necessidade de fazer o convite para um rápido olhar sobre nossa história.

É notável como, ao longo dos últimos anos, em nível de Instituições de Educação Básica, Instituições de Educação Superior, Núcleos de Fé e Alegria, frentes do Programa Magis Brasil e em diversas outras obras integrantes do escopo das atividades da Companhia de Jesus no Brasil, os debates desenvolvidos e algumas práticas decorrentes contribuíram muito para uma consciência social e ambiental mais apurada. Existem, certamente, muitas arestas a aparar e rotas a corrigir, mas em todas essas frentes é possível identificar iniciativas e projetos de ação social e ambiental que, no âmbito das instituições educativas, são acompanhados por uma política consistente de inclusão educacional e acadêmica, mediante programas vigorosos de concessão de bolsas à população em condições socioeconômicas e culturais desfavoráveis. Trata-se de programas oficiais instituídos com rigor e profissionalismo, revelando amadurecimento institucional em nossas obras, na execução de políticas públicas orientadas

¹ Secretário para a Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil.

para organizações com Certificação de Entidade Beneficente e de Assistência Social – Cebas, como são as mantenedoras de grande parte das obras da Província dos Jesuítas do Brasil.

Uma das iniciativas mais marcantes ao longo do ano de 2015 foi, sem dúvida, a elaboração do **Marco PISA** da Província. Esse Marco, em vigor desde dezembro de 2015, está divulgado no Portal da Província². A versão aqui publicada foi revisada e mereceu alguns pequenos ajustes e correções textuais, os quais, porém, não envolveram alteração no conteúdo. Nesta publicação, o **Marco PISA** pode ser lido em formato novo e revisado, mais bem contextualizado na história da Companhia de Jesus no Brasil.

“SUPRESSÃO” E “RESTAURAÇÃO”: ANTES E DEPOIS

A história dos jesuítas no Brasil está escrita de muitas formas e pode ser lida a partir de recortes temáticos diversos. A leitura aqui proposta destaca recortes considerados significativos e focados na perspectiva da atuação social ou Apostolado Social.

A história começa no século XVI e divide-se em dois períodos muito distintos: o tempo que precedeu a “supressão” da Companhia e o tempo posterior à “restauração” de nossa Ordem religiosa. Os jesuítas que vieram para o Brasil em meados do século XVI, acompanhando a colonização portuguesa, foram expulsos dessas terras dois séculos depois, quando, em 1759, a Ordem foi impedida de atuar em todos os territórios portugueses. A “supressão” da Ordem ocorreu alguns anos depois, em 1773. Sua “restauração” aconteceu após quarenta anos, em 1814. Os jesuítas só retornaram oficialmente ao Brasil a partir de 1842, inicialmente de forma dispersa. A forma mais sistemática de retorno deu-se mais intensamente a partir de meados da década de 1860, ou seja, quase cinquenta anos depois da decretação da “restauração” da Ordem³.

Antes da “supressão”... No contexto da região central do país e, também, em parte do estado da Bahia, destacam-se o carisma e a atuação de nomes muito conhecidos,

2 Disponível em: <<http://www.jesuítasbrasil.com/newportal/wp-content/uploads/2016/07/MarcoPFSA.pdf>>, acesso em: 19 out. 2016.

3 Todas as datas aqui referidas foram fornecidas por colegas historiadores. Muitas podem ser confirmadas em texto de Carlos Alberto Contieri, sj, no boletim *Em Companhia*, da Província dos Jesuítas do Brasil, n. 6, 2015.

como José de Anchieta, *SJ* (1534-1597), Manoel da Nóbrega, *SJ* (1517-1570) e, mais tarde, Antônio Vieira, *SJ* (1608-1697), que com seu trabalho evangelizador tiveram uma grande incidência social em diversas frentes.

Devem ser ressaltados o empenho dos jesuítas em contribuir no processo de aculturação e o esforço decidido e fiel por defender os indígenas contra a dominação e a volúpia dos colonizadores. A par disso, em diversos momentos foi decisivo o papel de José de Anchieta nas negociações de paz entre povos indígenas em confronto com dominadores europeus.

Esse período também registrou casos de jesuítas que tiveram de ser transferidos de volta para Portugal por não concordarem com o regime de escravidão de africanos, adotado inclusive em obras da própria Companhia. Isso sem contar as denúncias proféticas feitas em sermões de grande alcance de Antônio Vieira, verdadeiros monumentos na literatura brasileira.

Foi fundamental, ainda, o papel dos jesuítas nas origens da cidade de São Paulo e, em parte, no início da consolidação da cidade do Rio de Janeiro.

Na região Sul do Brasil, a primeira referência histórica é a iniciativa monumental dos assim chamados “Povos das Missões”. Ela se deu sobretudo a partir do século XVII, no contexto da então Província do Paraguai, onde, além dos três santos mártires jesuítas – Roque Gonzales, *SJ* (1576-1628), João de Castilho, *SJ* (1595-1628), e Afonso Rodriguez, *SJ* (1598-1628) –, diversos outros jesuítas marcaram época por sua dedicação apostólica, social e técnica. Trata-se, sobretudo, de um legado de criatividade e busca de soluções econômicas, políticas e culturais para populações em condições adversas.

No outro extremo do Brasil, um nome de grande destaque para a memória do Apostolado Social no Norte e Nordeste, no século XVIII, foi sem dúvida o de Gabriel Malagrida, *SJ* (1689-1761). A atuação social pioneira desse jesuíta destacou-se sobretudo no estado da Paraíba, pela oposição corajosa às políticas pombalinas. Morreu cruelmente martirizado, após ter sido acusado pelo próprio Marquês de Pombal ao Santo Ofício.

Os aldeamentos que visavam proteger os povos indígenas fizeram-se presentes em diversas regiões do país. Aliás, é interessante uma referência à carta do primeiro provincial da Vice-Província da Bahia, o qual aponta para uma das páginas mais belas da história missionária da Companhia de Jesus escrita através da linda “epopeia espiritual e patriótica a bem do Brasil”, que se iniciou na Bahia e colheu enormes frutos em terras da Amazônia.

Após a “restauração”... Em 1814 a Ordem foi oficialmente restaurada. O retorno de jesuítas ao Brasil foi lento e disperso. Há registros oficiais a partir da década de 1840. A década de 1860, no entanto, pode ser dada como referência para um novo início de

presença mais sistemática. Três eventos, entre outros, são importantes: a presença em 1863 de um visitador-geral no Brasil; a criação do Colégio de Itu, no estado de São Paulo, em 1867; a criação do Colégio Conceição em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1869. O retorno dos jesuítas começou a ser pensado mais ordenadamente com dois grandes apoios: da Província Romana para a região central do país e da Província Germânica para o Sul. A Ordem foi retomando seu papel na sociedade, sobretudo, por meio da educação e com uma presença pastoral e social diferenciada.

Destacamos algumas iniciativas dentro daquilo que entendemos por ação social. Em termos sociais, as maiores definições institucionais se acentuaram no período depois da segunda guerra mundial, seguindo de certa forma as novas orientações da Ordem em nível mundial, conforme explicitado no **Marco PISA**. Houve, no entanto, iniciativas anteriores a esse período, sem falar, evidentemente, das referências já feitas em relação ao período de antes da “supressão”.

O espaço reduzido que temos nesta *introdução histórica* obriga-nos a uma listagem simples de algumas frentes, que entendemos como sintetizadoras. Já existem publicações boas, mas cada um dos itens arrolados no quadro abaixo poderia, com certeza, ser objeto de novos escritos e divulgações.

Esta listagem de iniciativas e frentes de ação social ao longo do século XX nos mostra uma *primeira faceta* importante, com uma certa diversidade e mesmo dispersão de engajamentos.

Alguns focos temáticos no engajamento social de Jesuítas

- **Organização de comunidades, acompanhamento dos migrantes, ações associativas e cooperativismo.** Destacadamente marcante no meio rural, no Sul do país. Destaque-se o pioneirismo de Maximiliano Von Lassberg, *SJ* (1857-1944), de Theodor Amstad, *SJ* (1851-1938), e outros.
- **Círculos operários.** Certamente, essa foi a obra de caráter social de iniciativa dos jesuítas mais importante, na primeira metade do século XX. Destaque-se Leopoldo Brentano, *SJ* (1884-1964), Pedro Belisário Velloso Rebelo, *SJ* (1902-1993), e mais tarde Urbano Rausch, *SJ* (1912-2004).
- **Atendimentos, acompanhamentos e incidências sociais pontuais.** Muitos

jesuítas destacaram-se em trabalhos de dedicação radical aos setores mais marginalizados e pobres da sociedade, sobretudo em paróquias de periferia urbana e em meios precários nos interiores do Brasil. Evoque-se a memória de Luciano Pedro Mendes de Almeida, *SJ* (1930-2006), que foi também bispo, lembrando na pessoa dele todos os demais.

- **Assistência pastoral carcerária.** Fazemos menção exemplar, nesse sentido, ao trabalho persistente do Pio Buck, *SJ* (1883-1972), junto à população de presídios de Porto Alegre.

- **Presença diferenciada junto aos povos indígenas.** Trata-se de uma história rica e de raízes históricas muito profundas. João Evangelista Dornstauder, *SJ* (1904-1994), foi personagem emblemático nesse engajamento, e seu nome representa diversos outros.

- **Formação cidadã de jovens.** Cabe o registro ao impacto exercido por Henrique de Lima Vaz, *SJ* (1921-2002), como referência intelectual da Juventude Universitária Católica, e por outros jesuítas assistentes da Juventude Estudantil Católica e de outros segmentos da Ação Social. Tempos depois, foi significativa a criatividade de um jesuíta na sistematização do Treinamento de Liderança Cristã, para jovens, em Campinas, SP. Um registro importante para a Igreja do Sul do Brasil e para a América Latina deve ser feito com relação à participação e comprometimento, durante mais de trinta anos, da então Província do Brasil Meridional – BRM na instituição e consolidação do Instituto de Pastoral da Juventude – IPJ, em Porto Alegre, RS, e também da então Província do Brasil Centro-Leste na instituição e consolidação da Casa da Juventude Padre João Bosco Burnier, de Goiânia, referência latino-americana de formação e evangelização da juventude. Vários jesuítas foram assessores da evangelização da juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. As iniciativas citadas fizeram surgir na Academia Brasileira o curso de pós-graduação de Especialização em Juventude, com seu início na Unisinos.

- **Assistência à saúde junto à população carente.** Não se pode pensar a história do Apostolado Social no Brasil sem destacar os relevantes trabalhos de atenção à saúde prestados por Luciano de Pinho Brandão, *SJ* (1899-1982), e por muitos outros.

- **Trabalho social junto às domésticas e mulheres marginalizadas.** Trabalho exemplar e pioneiro de Maurício Parant, *SJ* (1926-2013), especialmente em Recife.

- **Assessoria do setor de Pastoral Social da CNBB.** Em diferentes momentos foram assumidas formas de atuação social diferenciada no Apostolado Social, devendo ser

destacada a presença junto ao setor de Pastoral Social da CNBB.

- **Questão do Cuidado Ambiental.** Diversos jesuítas, tanto na Amazônia como, sobretudo, no Sul do país, destacaram-se como verdadeiros apóstolos ambientalistas.
- **Questão da inovação tecnológica.** Destaque especial à intuição e coragem de Roberto Sabóia de Medeiros, *SJ* (1905-1955), que anteviu o crescimento econômico brasileiro e a necessidade de engenheiros e gestores para a indústria, com princípios éticos baseados nos valores cristãos de justiça e defesa da dignidade humana.
- **Inclusão educacional e formação técnica de jovens.** É amplamente conhecida e reconhecida a iniciativa de Humberto Pietrogrande, *SJ* (1930-2016), que fundou em 1969 o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – Mepes.
- **Pastoral da Criança Abandonada.** Obras da Organização de Auxílio Fraternal – OAF e do Centro Social Sementes do Amanhã – Cesam.
- **Defesa dos Direitos Humanos.** Jesuítas engajaram-se na defesa dos direitos humanos em muitos momentos da história brasileira. Destacamos os nomes de José Ten Cate, *SJ* (1939-2002), e Albano Trinks, *SJ* (1933-1994).

Uma *segunda faceta* foram três centros sociais de destaque, que se constituíram e fizeram história a partir da década de 1970.

CENTRO JOÃO XXIII/INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CIAS/IBRADES

Em 1966 criou-se no Rio de Janeiro o Centro Investigação e Ação Social – Cias/RJ, considerado em sua origem um dos Centros de Investigación y Acción Social concebidos na América Latina após a visitação, em 1955, de Manuel Foyaca de la Concha, *SJ*. Em 1968, a CNBB criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social – Ibrades e o confiou aos jesuítas, que o acolheram no Cias/RJ, o qual, na sequência, passou a denominar-se Centro João XXIII. O nome de maior destaque em todo esse empreendimento foi o de Fernando Bastos de Ávila, *SJ* (1918-2010). A atuação do Ibrades ao longo de toda a sua história, inicialmente no Rio de Janeiro e posteriormente, a partir de 1998, em Brasília, DF, deu-se em diversas linhas de ação: estudo e pesquisa;

formação de agentes transformadores; promoção social e incidência. De forma recorrente, o Ibrades foi referência nas análises de conjuntura que serviram de apoio à CNBB.

Em 2012, o provincial da então Província do Brasil Centro-Leste – BRC nomeou um Grupo de Trabalho – GT para avaliar a continuidade ou descontinuidade do Cias/Ibrades. O GT declarou-se pela descontinuidade dessa instituição, na forma como ela estava organizada, já a partir do ano de 2013. Entre as conclusões daquele GT, destaca-se: “O modelo Cias/Ibrades já não responde às exigências do tempo presente. Nesse sentido, não se trata de recriar o Cias, mas de pensar em um “centro” que promova um pensamento social integrador das diversas dimensões do social (espiritualidade, ecologia, justiça etc.)” (Relatório GT Cias-Ibrades, BRC, 2012).

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL – CEAS

Paralelamente, na então Vice-Província da Bahia, ao longo da década de 1960, foram dados passos na constituição do Centro de Estudos e Ação Social – Ceas em Salvador, BA, criado oficialmente em 1967. Desde suas origens, o Ceas teve como liderança forte Claudio Perani, SJ (1932-2008). Ao longo da história, esse Centro foi sendo percebido como um forte espaço de participação responsável e criativa dos públicos nele envolvidos. Em um editorial da revista *Cadernos do Ceas*, em número comemorativo, lê-se o seguinte: “O mais importante é que, nos processos de que participamos, as pessoas com quem nos relacionamos despontem como sujeitos, não somente compreendendo melhor as situações que experimentam e praticando a resistência e a reivindicação, como também contribuindo para propor e ensaiar, a partir de sua experiência, seu saber e seu desejo, modelos novos e mais democráticos e participativos de sociabilidade”.

Ao lado do Ceas, que conseguiu uma maior visibilidade e referência na região e em todo país e continua atuante – com a *celebração do seu cinquentenário em 2017* –, diversos outros pequenos centros e obras sociais, com focos temáticos de incidência estratégica, foram ativados e dinamizados na região, demonstrando por muito tempo um grande dinamismo social na então Vice-Província, depois Província da Bahia – BAH e, mais tarde, incorporada no conjunto da Província do Nordeste, extinta em novembro de 2014, como as demais Províncias então existentes no Brasil.

Vale destacar aqui a tese de doutorado “Que PaPo é esse”, defendida por um dos

pesquisadores do Ceas na Universidade Federal da Bahia. A tese teve como objeto de pesquisa o *Boletim Pastoral Popular – PaPo*, que por muitos anos, entre as décadas de 1980 e 1990, foi o veículo nacional dos trabalhos dos jesuítas no Setor Social, a cargo da Comissão Nacional do Apostolado Social – Conas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA – CEDOPE

Em 1970 foi criado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, que estava em seu primeiro ano de existência, o Centro de Documentação e Pesquisa – Cedope, sob a liderança de Pedro Calderan Beltrão, *SJ* (1923-1992). Segundo seu fundador, um centro de investigação social bem focado e com respaldo da Academia teria mais condições de sucesso que os Centros de Investigación y Acción Social, que estavam sendo concebidos em diversas Províncias da América Latina. O Cedope atuou vigorosamente durante cerca de trinta anos, de 1970 a 2001. Tinha como objetivo ser instância criadora e viabilizadora de condições objetivas para intervenção no processo social local, regional e nacional, desenvolvendo atividades de pesquisa, documentação, publicação, capacitação da assessoria e extensão nas áreas temáticas que foram se constituindo ao longo de sua história: 1) Ecologia, População e Família; 2) Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano; 3) Organização e Movimentos Sociais Populares; 4) Religiões e Sociedade.

A partir da segunda metade da década de 1970, foi dinamizada no Cedope a área do cooperativismo, sob a liderança de Roque Lauschner, *SJ* (1937-1997). A Unisinos, por essa via e todas as iniciativas agregadas a ela, conseguiu tornar-se uma referência para as instituições cooperativas e para o movimento cooperativista como um todo. Após a extinção do Centro, em 2001, o acervo do Cedope, constituído de 605 mil documentos devidamente identificados e classificados, foi disponibilizado para consultas, estudos e pesquisas, na Biblioteca da Unisinos.

NOVAS DINAMIZAÇÕES DO APOSTOLADO SOCIAL PRESENTES NAS EXTINTAS PROVÍNCIAS, NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

BAM – REGIÃO BRASIL AMAZÔNIA

(EXTINTA EM 2014)

Iniciou-se como Distrito dos Jesuítas da Amazônia, em maio de 1995. A partir daí podem ser registradas diversas iniciativas na região que caracterizam o Apostolado Social ali desenvolvido. Seu primeiro superior, Claudio Perani, *SJ* (1932-2008), vinha de uma longa experiência de atuação no campo social, criou e dinamizou diversas iniciativas, como o Projeto Educação e Cidadania – PEC (beneficiando as crianças de periferias com dificuldade na aprendizagem das matérias que eram reprovadas ou desistiam da escola) e a Equipe Itinerante a serviço dos marginalizados urbanos, ribeirinhos e indígenas. Aliás, as atividades junto aos indígenas têm raízes profundas na região da Amazônia e hoje ressuscitam na forma de uma presença diferenciada, como por exemplo na localidade Moscou, RR. Também é destacada a atuação de jesuítas junto ao Cimi regional. A iniciativa de maior impacto no contexto da BAM, a partir de 2003, foi, no entanto, o Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – Sares, criado em 2003, em que Claudio Perani, *SJ*, atuou como coordenador, a partir de 2004 até o final de sua vida. O Sares no formato então vigente foi extinto em 2013⁴.

Na extinta região da Amazônia, são de destacar, também, o Centro Alternativo de Cultura – CAC, em Belém, PA, criado por Freddy Servais, *SJ* (1941-2001), as colaborações no Centro de Direitos Humanos – CDH, junto à Arquidiocese de Manaus, algumas iniciativas no serviço de acolhimento de haitianos e os esforços por iniciar um Núcleo de Fé e Alegria em Manaus.

4 Em 2016, dentro do contexto da Atenção Especial para com a Amazônia, a Província dos Jesuítas do Brasil recriou o Sares (Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental).

BRM – PROVÍNCIA DO BRASIL MERIDIONAL

(EXTINTA EM 2014)

Em 2001, no contexto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, foi criado o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, ligado a essa universidade. No mesmo ato o Cedope, que era também da Unisinos, foi extinto. O IHU passou a ser um espaço novo, com uma missão mais abrangente e com enfoques temáticos e metodológicos novos. Com sua criação, dera-se um salto de qualidade, com uma proposta ambiciosa de ressignificação, dentro do âmbito da Academia, da ideia de Centros de Investigación y Acción Social, buscando dar conta, ao mesmo tempo, da proposição e difusão de um novo pensamento ético, cultural, social, político e econômico e da instauração de um modo genuíno de presença da Companhia de Jesus e da Igreja, dentro dos grandes debates do mundo de hoje.

Esse evento gerou um novo ânimo para outros Centros Sociais da então Província do Brasil Meridional, com clima favorável para buscar uma maior integração dos trabalhos. Esse movimento veio ao encontro da necessidade urgente de se ter uma sistematização no monitoramento dos trabalhos sociais, para atender, inclusive, com mais agilidade e competência às exigências oficiais na prestação de relatórios. Assim foi constituída, em 2007, a Rede Jesuíta de Cidadania e Ação Social – Rede SJ-Cias no contexto daquela Província, integrando o Centro Burnier de Fé e Justiça – CBFJ (Centro Jesuíta de Cidadania e Ação Social – CJCIAS de Cuiabá); o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat (CJCIAS de Curitiba); o CJCIAS de Cascavel; o Programa de Reassentamento de Refugiados, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur, de Porto Alegre; o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, de São Leopoldo, e o Centro de Cidadania e Ação Social – CCIAS da Unisinos, de São Leopoldo. Esta Rede, desde 2008 até 2014 cultivou a prática de um Seminário Anual de Capacitação envolvendo todos os integrantes dos projetos sociais nela desenvolvidos.

BNE – PROVÍNCIA DO BRASIL NORDESTE

(EXTINTA EM 2014)

Além do Centro de Estudos e Ação Social acima referido e descrito, na extinta BNE devem ser destacadas as iniciativas significativas no campo social da parte da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap.

O Ceas, em Salvador, BA, com os seus cinquenta anos de existência em 2017, mesmo

com equipe, hoje, bastante diminuta, continua sendo fiel à sua proposta de origem: ser um trabalho de base, trabalho político-educativo com setores populares, buscando alcançar o público mais desassistido, os estratos de renda mais baixa, conforme consta em seus objetivos de origem.

Em Recife, no contexto da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, em finais da década de 1990, criou-se o Núcleo de Apoio aos Movimentos Populares – Nuampo, que se tornou base de referência e repercussão de um grande leque de ações sociais da universidade junto à classe popular, como: capacitação e assessoria aos grupos comunitários; mobilização das comunidades sobre questões relativas à urbanização e legislação do solo urbano e à melhoria das condições de moradia; trabalho socioeducativo com crianças, adolescentes, famílias e grupos de terceira idade; pesquisa social ampliada; incentivo aos grupos produtivos, cooperativas e projetos de geração de renda; assessoria na formação de redes comunitárias integradas.

Além do Nuampo, foi criado em 2010 o Instituto Humanitas Unicap – IHU, inspirado no IHU da Unisinos, que existe desde 2001. Afirmando os mesmos princípios e justificativa do IHU da Unisinos, esse instituto tem como objetivo principal estabelecer um espaço de reflexão nas fronteiras do conhecimento e ser um canal aberto no diálogo com a cultura e a sociedade. Em sua concepção, ele se associa à missão da universidade, na qual estão entrelaçados três níveis: compreender a realidade, responsabilizar-se por ela e nela intervir como um instrumento de efetiva transformação social. São cinco os polos temáticos do IHU da Unicap: 1) Teologia, Ciência e Cultura; 2) Mercado, Pobreza e Desigualdades; 3) Ecologia, Desenvolvimento e Sociedade Sustentável; 4) Gênero, Diversidade e questão Étnico-racial; 5) Democracia, Sociedade e Políticas Públicas (fonte: Portal Unicap).

No contexto da extinta BNE, durante seu último ano, cultivava-se, sob a liderança da Unicap, a ideia de propor um Observatório Social que garantisse uma maior qualidade e incidência de nossos trabalhos sociais.

BRC - PROVÍNCIA DO BRASIL CENTRO-LESTE

(EXTINTA EM 2014)

O grande impulsionador do Apostolado Social na extinta BRC foi o Cias/Ibrades, conforme descrito acima. No entanto, a partir do fim da década de 1990, com o amadurecimento de um projeto de educação popular e trabalho com jovens, no Centro

Santa Fé, em São Paulo, SP e com a atenção sempre maior à importância das iniciativas de Fé e Alegria – FyA, os sinais de uma opção maior por esse tipo de trabalho social se tornaram sempre mais visíveis.

É importante registrar que o Movimento Fé e Alegria teve sua acolhida no Brasil, no contexto de um Seminário Nacional do “Setor Apostolado Social” realizado em Belo Horizonte (MG), e seu primeiro diretor nacional (a partir de 1981) foi Paulo Englert, SJ (1930-1986), que provinha da extinta BRM.

Como já foi mencionado, a partir de 2013 o estudo feito por um Grupo de Trabalho, nomeado com essa finalidade, recomendou a não continuidade do Cias/Ibrades nos moldes até então existentes. Foram apontados diversos caminhos para o cultivo da dimensão social no trabalho dos jesuítas. Além das tendências explícitas de reforço na perspectiva da Educação Popular e Fé e Alegria, já mencionadas, sugeriu-se a importância da constituição de um “grupo pensante” em nível nacional, para, de uma forma transversal, com a integração de diferentes disciplinas e saberes, respaldar os trabalhos da Companhia com reflexões e aportes no campo social e cultural.

Devem ser destacados também, no contexto da extinta BRC, os compromissos sociais desenvolvidos, sobretudo, nas áreas de projetos sociais de extensão universitária, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, no Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Padre Saboia de Medeiros – Unifei e na Escola Superior de Direito Dom Helder Câmara – ESDDH.

BRA - PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS DO BRASIL: NOVAS COMPREENSÕES E NOVOS ENCAMINHAMENTOS

Com a criação da Província dos Jesuítas do Brasil, um novo modo de ser foi instalado. As mudanças são lentas, com ensaios e erros, avanços e recuos, mas dentro da busca decidida por sermos um corpo apostólico dinâmico e sinérgico em vista de uma Missão comum.

As quatro preferências apostólicas da Província dos Jesuítas do Brasil (“experiência transformadora da fé”, “superação do abismo das desigualdades”, “juventudes a serviço da vida” e “cuidado da Amazônia”), são nosso foco de atenção. Duas delas, porém, nos interpelaram mais diretamente ao repensarmos a dimensão da Promoção da Justiça, ou a “ressignificação do Apostolado Social”: 1) a contribuição na superação

do abismo das desigualdades sociais e suas graves implicações econômicas, políticas, culturais e ambientais; 2) a Amazônia, dom de Deus para o mundo, como área geográfica preferencial para a realização de nossa missão evangelizadora no Brasil.

Embalados pelo paradigma da *ecologia integral* a partir da encíclica *Laudato Sí*, a dimensão da promoção da justiça em nossa Missão ganhou horizontes ampliados e englobantes. Ou seja, a promoção da justiça passou a ser vista como abarcando ao menos três grandes níveis ou esferas da ação humana: desde o “reconhecimento do outro” (leia-se: superação dos preconceitos, discriminações, racismos e intolerâncias) e o “compromisso social” (leia-se: opção pelos pobres e luta por políticas de garantia dos direitos sociais básicos para todos) até o “cuidado ambiental” (leia-se: luta pela preservação da vida em toda a sua diversidade para o futuro do planeta Terra e direito às condições de vida das gerações futuras), conforme amplamente descrito no número 11 do Marco PISA. Abraçando integralmente essas três esferas, três níveis ou três instâncias de produção de relações, com empenho pela vida em todos os sentidos, a promoção da justiça é o dinamizador central do Marco da Promoção da Justiça Socioambiental da Província e é o substrato do conceito de justiça socioambiental.

Os dois primeiros anos da Província dos Jesuítas em seu formato de Província única no Brasil foram dedicados a escrever coletivamente o Marco PISA e criar mecanismos ágeis e pertinentes de integração e sinergia nas múltiplas atividades dos centros e obras sociais, bem como nas demais frentes apostólicas, no sentido de pautar conjuntamente e de forma transversal uma proposta de promoção da justiça socioambiental.

Nesse sentido, criou-se o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA, com a pretensão de ser um *observatório em rede*. Tem como missão: **Ser um serviço em rede de informações, análises, ação educadora e incidência na realidade brasileira em vista da promoção da justiça socioambiental.**

Que Deus nos abençoe e nos torne mais fiéis à Missão que nos é confiada!

MARCO DE ORIENTAÇÃO DA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL.

Fruto de longa elaboração a partir de contribuições colhidas em diversas instâncias no período de constituição da Província dos Jesuítas do Brasil (BRA) e das trocas fecundas de ideias no Fórum Permanente de Interlocação sobre a Justiça Socioambiental (FJSA), durante o ano de 2015, este Marco PJSA foi, também, um dos resultados do Seminário sobre Promoção da Justiça Socioambiental em Brasília, 28-30 de outubro de 2015.

(A) O MARCO PJSA

01. *O Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental na Província dos Jesuítas do Brasil (Marco PJSA) é entendido como um instrumento de trabalho que serve de guia para as ações apostólicas da Província no horizonte dessa dimensão de nossa Missão. Além de identificar o modo de proceder como um todo, é o registro dos parâmetros contextuais e institucionais, dos princípios, das diretrizes e processos e da agenda estratégica em termos de temáticas, modalidades de ação e indicação de aspectos funcionais básicos.*

02. *Entende-se por Promoção da Justiça Socioambiental (PJSA) todas as ações que têm como objetivo colaborar para a superação das injustiças presentes em nossa herança histórica e reproduzidas pelo atual modelo de desenvolvimento neoliberal gerador de desigualdades sociais e agressões ambientais. A rigor, dentro da perspectiva da concepção de *ecologia integral* que nos foi apresentada pelo Papa Francisco em sua encíclica *Laudato SJ*, existe uma sinalização implícita de conceito de *justiça* – e de injustiça envolvendo nosso*

convívio na *casa comum*, em todas as esferas de relações, com o convite para um processo urgente e necessário de reconciliação e construção de *relações justas*. Trata-se basicamente de todas as relações que o ser humano empreende: as relações com Deus, as interpessoais, de geração, de gênero, étnico-raciais, culturais e sociais, assim como as relações políticas, econômicas e com os bens da natureza¹.

03. O Marco PISA tem como horizonte básico as orientações da Companhia de Jesus, explicitadas nos documentos oficiais da Ordem, a partir das Congregações Gerais e das orientações dos superiores-gerais. Ele se espelha no Projeto Apostólico Comum da Conferência dos Provinciais da América Latina e do Caribe (PAC/CPAL) e no Plano Apostólico da Província dos Jesuítas do Brasil (PA/BRA). É uma orientação que convida para uma profunda sinergia e consonância com a Missão da Igreja da América Latina e do Caribe expressa, de modo especial, no Documento do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), em Aparecida, São Paulo, em 2007.

04. A Instrução Apostólica de 10 de outubro de 1949, do então superior-geral da Companhia de Jesus, Pe. João Baptista Janssens, SJ, definia o Apostolado Social como uma expressão genuína da vocação jesuíta; uma vocação não só de assistência caritativa, mas de incidência estrutural de transformação cultural, social, política e econômica. Essa Instrução, e sobretudo todo o avanço na reflexão social vivido na época, significou uma grande mudança na concepção oficial da Companhia com referência ao Apostolado Social. Para além das práticas sociais de caráter caritativo, de serviços, de acompanhamentos e de atendimentos, passou-se a centrar a atenção em uma práxis marcada pela *incidência estrutural transformadora*, mediante uma maior

¹ O mais coerente e apropriado, no presente texto, seria empregar simplesmente o termo justiça, nessa perspectiva da ecologia integral. No entanto, mesmo sabendo da redundância, entendemos oportuna a adjetivação socioambiental, como lembrete permanente de que estamos falando da justiça repercutindo a concepção de ecologia integral. No adjetivo socioambiental englobamos sempre, em sentido amplo, as diversas dimensões ou esferas de relações do ser humano. Trata-se de dimensões ou esferas que, normalmente, são trabalhadas de forma separada, como, por exemplo, no Documento de Aparecida, do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), de 2007. Não fazemos uma crítica ao Documento de Aparecida. Ele é para nós uma grande referência em toda a sua atualidade. Entretanto, a concepção de ecologia integral (Papa Francisco, encíclica Laudato SJ, 2015) traz um estatuto englobante, altamente mobilizador, para o entendimento da justiça. O adjetivo socioambiental não deve levar a uma leitura empobrecedora dessa importante novidade. No sentido aqui usado, o econômico, o político e o cultural estão presentes no social.

proximidade com os empobrecidos, através da inserção e da inclusão e de ações de sensibilização e de investigação².

05. A Província dos Jesuítas do Brasil (BRA) é formada por frentes muito diversificadas de presenças apostólicas, e o Marco PJSA aqui apresentado dirige-se a todas essas frentes, de forma igual, com a pretensão de ser horizonte iluminador e de referência para todos. Trata-se, a rigor, de uma nova forma de conceber o Apostolado Social, expressando uma práxis transversal de PJSA. Todos os que atuam em obras da Companhia de Jesus são chamados a ter, em suas práticas, essa marca da incidência estrutural transformadora³.

06. A recente instituição da BRA é uma grande oportunidade para que se inove em nossa PJSA, com uma estrutura leve, ágil, eficiente e eficaz. Mais que uma oportunidade, temos à frente um grande desafio, reforçado pelo contexto acelerado de mudanças de toda ordem, marcando as sociedades em nossos dias. A aposta na transversalidade não significa um tratamento secundário ou “de apêndice” no contexto de obras ou frentes de presença apostólica com centralidades marcadas em outras dimensões. A dimensão PJSA consubstancia essas centralidades. Assim, também, as temáticas que constituem a agenda estratégica deste Marco (título F) serão sempre assumidas não de forma secundária e como “apêndice”, mas em sua centralidade. Nossa aposta está em um processo de instauração paulatina de uma Rede de PJSA na Província⁴.

2 Cf. Alvarez, Patxi, *SJ* (Secretário para a Justiça Social e Ecologia), Encuentro de los Delegados del Sector Social de la CPAL, Santiago de Chile, 2014. Um grande testemunho dessa inflexão na concepção foram as múltiplas iniciativas de Centros de Investigação e Ação Social (Cias).

3 A missão, que é de todas as frentes de presenças apostólicas, é continuamente apoiada e retroalimentada por polos de referência e enlances, presentes em cada Plataforma (ver título H deste documento). Trata-se de requisito básico facilitador e garantia de capilaridade ágil e necessária para que a PJSA seja efetiva, de forma transversal, em todas as frentes de presença apostólica da Província. Diversamente do que ainda é a prática da maioria das Províncias da Companhia de Jesus, a Província dos Jesuítas do Brasil (BRA), a partir de novembro de 2014, não está estruturada por setores apostólicos, sendo suas ações e prioridades ou preferências apostólicas concebidas e desenvolvidas de forma transversal. A dinamização da transversalidade da PJSA, no caso presente, está a cargo dos polos de referência e enlances. Isso não significa a descontinuidade do que é o Apostolado Social, mas objetiva sua vivência e prática em nova modalidade dentro da Província, com um maior envolvimento transversal de todos.

4 No título E deste documento, introduzir-se-á o que entendemos por trabalho em rede. Muito já se refletiu sobre a importância disso na Companhia de Jesus. Importantes avanços nessa reflexão e relatos são encontrados em *Promotio Iustitiae*, n. 110, 2013/1 (Global Ignatian Advocacy Networks – GIAN).

(B) O MOMENTO QUE VIVEMOS E NOVOS APELOS DA IGREJA

07. Na década de 1960, o Concílio Vaticano II chamava a atenção para os “sinais dos tempos”. De fato, uma transformação de dimensões difíceis de avaliar estava ensaiando seus primeiros movimentos, já naquele momento da história. Nossa época não pode ser caracterizada simplesmente como uma época de mudanças; trata-se de uma mudança de época.

08. Apesar de todos os avanços constatados, a humanidade em geral e nossa sociedade em particular continuam marcadas por injustiças graves e escandalosas, com imensas multidões sendo privadas total ou parcialmente do acesso ao atendimento de suas necessidades básicas, sobrevivendo em situações que impedem ou limitam a garantia e o desenvolvimento de uma vida digna. São crescentes as ameaças à vida em geral, em suas múltiplas expressões.

- a. O atual modelo de desenvolvimento neoliberal, além da pesada herança de injustiças legada pela história do Brasil, segue sendo gerador, por um lado, de grandes desigualdades sociais, portadoras de processos perversos em termos econômicos, políticos e culturais e, por outro lado, de agressões devastadoras e selvagens aos bens da natureza, com danos de difícil reparação para nosso presente e futuro.
- b. As conquistas recentes da sociedade, os avanços importantes nas políticas públicas e os notáveis esforços para preservar esses avanços correm riscos sérios se não acontecerem trabalhos consistentes de fortalecimento do próprio tecido interno da sociedade.
- c. Faz-se urgente um trabalho de empoderamento dos sujeitos no âmbito da incidência política, das populações que sobrevivem à margem da sociedade, dos afrodescendentes, dos povos originários (indígenas) e das mulheres. As iniciativas no âmbito da educação das relações étnico-raciais e todas as buscas de superação do modelo de sociedade patriarcal, machista, homofóbico e racista que nos marca necessitam ser reforçadas e cultivadas com decisão.
- d. A mesma firmeza de decisão nos pede o serviço às juventudes e também aos migrantes e refugiados, bem como a busca de superação de todas as formas de violência e xenofobias.
- e. A par de tudo isso, a urgência por um trabalho de redirecionamento das *relações do ser*

humano com os bens da natureza, atentos ao bem comum em suas expressões mais vivas e problemáticas, como a água e a terra, é um apelo todo especial⁵.

09. O grande vazio de lideranças com posicionamentos éticos e fiéis à causa humana, na condução da sociedade, nos chama a fazer memória do legado que nos vem da própria Igreja do Brasil e da América Latina e do Caribe, por meio dos documentos da CNBB e do Celam, da Teologia da Libertação e, sobretudo, do testemunho de muitos homens e mulheres que deram o melhor de si, nas mais diferentes frentes, na busca de rumos novos da sociedade. Fazemos a memória especial daqueles e daquelas que, por fora e por dentro da Igreja, testemunharam sua fidelidade à causa da justiça, com o derramamento do próprio sangue.

(C) A MISSÃO DA COMPANHIA DE JESUS

10. Em seu serviço ao Reino, por meio da Igreja, na sociedade do mundo de hoje, a missão da Companhia de Jesus tem seu foco central no “serviço da fé do qual a promoção da justiça se constitui como exigência absoluta” (CG 32, d. 4, n. 2; CG 34; CG 35), consubstanciando-se, de modo especial, no “diálogo cultural” e no “diálogo inter-religioso” (CG 34, d. 2, n. 14-21; CG 35), na “reconciliação com Deus”, “com os outros” em sociedade e “com a criação” (os bens da natureza) (CG 35, d. 3, n. 19-36) e na atenção às “novas fronteiras” para as quais a realidade complexa de nossos dias desafia permanentemente (CG 35, d. 1, n. 15; CG 35, d. 2, n. 20-24). A Província dos Jesuítas do Brasil (BRA) e a Conferência dos Provinciais da América Latina e do Caribe (CPAL) assumem com suas características próprias essa mesma formulação em seus Planos Apostólicos. Temos também atenção especial à missão formulada pelo Projeto Pan-Amazônico da CPAL (PAM-SJ)⁶.

5 Os itens apontados neste parágrafo são também pauta da agenda estratégica apresentada no título F deste documento.

6 Ver no Anexo I deste Marco PJSa os textos que formulam a Missão da CPAL, da BRA e, também, do Projeto Pan-Amazônico da CPAL. Além das Congregações Gerais referidas, na formulação aqui sintetizada, são de fundamental importância dois documentos recentes organizados pelo Secretariado para a Justiça Social e Ecologia (SJSE), Cúria Generalícia: Curar um mundo ferido (São Leopoldo, Unisinos, 2014) e A promoção da justiça socioambiental na educação superior jesuíta (id., 2015).

(D) PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES

11. Como já foi sinalizado no início, a concepção de uma ecologia integral para a qual o Papa Francisco convida na encíclica *Laudato SJ*, inspirada no testemunho de São Francisco de Assis, é com certeza o princípio que pauta, fundamentalmente, toda a nossa PJSA. Segundo o Papa, o Santo de Assis “é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma *ecologia integral*, vivida com alegria e autenticidade” (LS, 10; grifo nosso). Ele foi “um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e em uma maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenho na sociedade e a paz interior” (LS, 10). “Seu testemunho mostra-nos, também, que uma ecologia integral requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exatas ou da biologia e nos põem em contato com a essência do ser humano” (LS, 11). A PJSA implícita nessa concepção ampla de *ecologia integral*, como princípio integrador, dá-se através de um *conjunto de relações* que perpassam os diferentes níveis do convívio, dentro da nossa grande casa comum:

- a. Relações justas que envolvem o reconhecimento profundo da dignidade de todos os seres humanos, acima de raízes étnico-raciais, de crenças religiosas, das diferentes gerações, gênero, visões de mundo e opções, buscando sempre formas de estabelecer o diálogo, o valor da pluralidade e a dinâmica da reconciliação;
- b. relações justas que envolvem a efetivação de políticas de superação das desigualdades sociais e o acesso universal aos direitos básicos de trabalho, assistência social, previdência, saúde, moradia, educação e alimentação;
- c. relações justas que envolvem a conservação e preservação dos “dons da criação” ou bens naturais, em vista de um ecossistema saudável e de vida para o futuro do planeta terra e seus habitantes.

12. Essas diferentes esferas de relação permanentemente cultivadas com atenção e justiça são o caminho de busca da sustentabilidade, ou seja, de sociedades sustentáveis.

13. São muitas as fontes culturais e religiosas em que podemos encontrar apoios radicais para esse princípio amplo da ecologia integral – a começar pelas culturas dos povos originários de nosso continente e do continente africano, cujos

legados ainda não foram suficientemente assimilados. Em profunda consonância com toda essa riqueza cultural e religiosa humana, o Papa Francisco chama nossa atenção para a vivência verdadeira da espiritualidade cristã. Seu caráter essencialmente transformador pode ser alcançado por diversos caminhos, mas é impossível consegui-lo sem o cuidado dos outros e da vida. A boa prática da espiritualidade inaciana, na qual sem dúvida o Papa Francisco se apoia, é um desses caminhos. Trata-se de um apelo permanente a um estilo de vida pessoal e comunitário sóbrio e, quanto possível, existencialmente próximo do cotidiano das pessoas empobrecidas a quem queremos servir, de modo a visibilizar, antes mesmo das palavras que pronunciamos e das atividades por nós empreendidas, uma atitude de solidariedade efetiva. A “lógica do ser” é uma lógica não passível de mensurações objetivas; é através daquilo que vamos conseguindo ser que emerge uma silenciosa linguagem crítico-profética, antecipadora da nova sociedade (sociedade sustentável), que queremos construir. Urge que nosso próprio modo de viver, por si só, diga isso a nossos contemporâneos⁷. É nesse horizonte do ser que se situa e se radica tudo o que podemos fazer⁸.

14. As participações visíveis e testemunhadas, no dia a dia, em processos sociais diversos, colaborando com atores de diferentes ideologias e opções religiosas, assim como as presenças observadas na elaboração e implementação de políticas públicas promotoras da vida e da humanização, nos fazem acreditar na disposição e na capacidade das pessoas para contribuir na superação das limitações estruturais que lhes foram impostas. As pessoas são capazes de doar-se com seu tempo, sua criatividade e as habilidades adquiridas, em construções coletivas diversas na concepção e busca de formas criativas de refazer a vida em sociedade. Isso envolve a construção de condições melhores de exercício da cidadania e de transformação nos diversos níveis ou diversas esferas de relação e de atenção.

7 Ver Antoncich, Ricardo, *Apostolado Social: setor e dimensão apostólica*, Rio de Janeiro, CPAL, 2004, 94: “[...] orientar a própria vida por um conjunto de valores que requerem uma pedagogia especial não só intelectual, mas também afetiva e testemunhal”.

8 No Anexo II deste documento, fazemos uma referência sintética à “pedagogia inaciana” e seus processos geradores. Essa pedagogia reflete a dinâmica da espiritualidade inaciana (Projeto Educativo Comum da Companhia de Jesus na América Latina – PEC (organizado pela Conferência de Provinciais Jesuítas da América Latina - CPAL), Rio de Janeiro, CPAL, 2005).

15. Faz-se necessário um conjunto de processos pedagógicos que favoreçam a formação de pessoas conscientes de sua condição social e histórica; que saibam identificar o Mestre em meio às situações de morte (Mt 25,31-46) e sejam capazes de se indignar; que sejam capazes de se abrir aos outros e de lutar em favor da justiça e da defesa dos direitos humanos fundamentais dos mais empobrecidos da sociedade⁹; e que, sobretudo, busquem analisar as causas profundas da exclusão, da destruição dos bens da natureza, dispondo-se a enfrentar, de forma criativa e inovadora, as forças que subjagam a vida.

(E) TRABALHO EM REDE

16. Para sermos fiéis à Missão, no contexto atual, somos estimulados e, mesmo, exigidos a desenvolver nossas ações em colaboração com os outros, cultivando em nós, sobretudo, formas novas de trabalhar em rede. A cultura de rede envolve a decisão explícita de que não precisamos ser sempre os direcionadores ou protagonistas principais, como foi até hoje a tendência em nossos trabalhos, muitas vezes demasiadamente voltados para um certo “caráter jesuítico”. A cultura de rede, ao mesmo tempo que passa a ser requisito-chave de potencialização de nossas ações, é também oportunidade importante para estarmos atentos às potencialidades dos outros. Nesse sentido, três fundamentos ou convicções gerais nos movem ao delinear este Marco PJSA: a cultura de rede, ancorada no aprender a trabalhar em rede “em nossa própria casa”; a rede como partilha de responsabilidades e da complementação multiplicadora; a rede como potencialização das atividades singulares em um projeto comum compartilhado.

a. Muito se fala, hoje em dia, sobre *trabalhar em rede*, em nível latino-americano e em nível internacional. Isso poderá tornar-se, no entanto, um discurso vazio e inconsequente se em nossa prática geral e, no caso específico, nas ações de PJSA continuarmos marcados pela dispersão de esforços. Em muitas situações, somos falhos na base, na raiz, pois trabalhar em rede em nível regional, provincial, ou seja, “em nossa própria casa”, segue sendo uma grande ausência ou sonho vago e inconsequente.

9 Os empobrecidos são os que vivem em situação de vulnerabilidade na sociedade, detectável nas diversas esferas de relações (ver Follmann, J. Ivo, *Refletindo sobre o abismo da desigualdade socioeconômica: o espelho dos empobrecidos da sociedade*. Balanço social-2014. São Leopoldo, Unisinos, 2015).

- b.** A rede existe para que responsabilidades possam ser repartidas, uma vez que nem todas as instituições, integrantes dela, necessitam estar empenhadas em todas as temáticas e frentes. Os recursos cognitivos que cada organização possui colocam-se, assim, em uma sinergia multiplicadora. Os processos cognitivos vividos em rede podem gerar processos muito para além da simples soma das contribuições singulares.
- c.** Além dessa complementação conjunta, a rede, enquanto tal, permite a possibilidade de estruturar o não estruturado. Possibilita colocar em interação potencialidades que estão desconectadas e/ou adormecidas, mas presentes em cada “nó”. A integralidade se encontra no conjunto das organizações e pessoas que constituem a rede, quando as potencialidades diferentes são partilhadas e se somam em sinergia dentro de um marco de orientação comum¹⁰.

17. A cultura de rede também exige estarmos muito atentos ao que vem sendo realizado pelos outros, para não desperdiçar energias em ações inconsequentes e replicadoras, duplicando esforços. Faz parte da cultura de rede colocar-nos em sinergia com as outras organizações, movimentos ou mesmo os órgãos do Estado.

(F) AGENDA ESTRATÉGICA

- 18.** O Marco PJSa propõe uma agenda estratégica pautada pela definição de quatro *preferências apostólicas*, dentro do Plano Apostólico da Província dos Jesuítas do Brasil (PA/BRA):
- a.** Redescoberta e aprofundamento da experiência transformadora da fé, por meio da partilha da espiritualidade inaciana;
 - b.** Contribuição para a superação do abismo das desigualdades sociais e suas graves implicações econômicas, políticas, culturais e ambientais;
 - c.** Ajuda às juventudes na construção de seu projeto de realização pessoal como dom e serviço aos demais, para a promoção e defesa da vida;
 - d.** Visão da Amazônia, dom de Deus para o mundo, como área geográfica preferencial para a realização de nossa missão evangelizadora no Brasil.

¹⁰ Ver PPI – Rede Jesuíta de Cidadania e Ação Social, ASAV, 42012, n. 24; RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca, *Il postfordismo*, Milão, Etaslibri, 1998.

19. (EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA DA FÉ) Trata-se de um convite para redescobrirmos a experiência transformadora da fé em nossas ações de PJSA. A espiritualidade inaciana que deve marcar a vida e o trabalho de nossas equipes deve fazer que acolhamos em nós, em primeiro plano, uma atitude permanente de abertura, cultivo e aprendizado mútuo, em convívio fecundo com outras diferentes místicas religiosas e na prática concreta do diálogo inter-religioso, sempre que isso for viável. Nesse sentido, pessoas que em sua vida pessoal seguem crenças religiosas diferentes, quando chamadas a integrar nossas equipes, podem também trazer contribuições valiosas para o cumprimento de nossa missão.

20. (SUPERAÇÃO DO ABISMO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS) No que tange à “superação do abismo das desigualdades sociais”, constata-se no Brasil de hoje um avanço importante na formulação e institucionalização da garantia e proteção aos direitos humanos e direitos sociais, como conquistas expressas na Constituição de 1988 e nas políticas públicas em diversas esferas da vida social.

a. (Participação na agenda da Assistência Social) A política de Assistência Social, a partir da Constituição de 1988, integra o tripé de Seguridade Social, com as políticas de Saúde e de Previdência Social, responsáveis por garantir a proteção social aos cidadãos brasileiros. Nosso país deixou de ser, definitivamente, uma “terra de ninguém” na esfera social. Já não se pode cultivar a ideia de que tudo está por fazer ou de que tudo o que se faça sempre virá bem. Todavia, existe um longo caminho a percorrer para que se ultrapasse a barreira do assistencialismo e se consolide a ideia da garantia dos direitos e da cidadania plena. Nossas ações devem incidir sobre isso.

b. (Economia solidária e diferentes buscas de desenvolvimento alternativo) Constata-se uma sensibilidade crescente com relação à busca de formas alternativas de economia e desenvolvimento para superação da pobreza. Há um incremento de novas tecnologias sociais na área da organização do trabalho e da geração de renda. As iniciativas de economia solidária e, também, de organizações cooperativas mostram resultados crescentes em diferentes contextos. Formas criativas e inovadoras de tecnologias aplicadas ao mundo do trabalho devem ser estimuladas. Trata-se de um processo que de múltiplas formas revela a retomada de elos perdidos e o estabelecimento de novas fórmulas nas *relações de trabalho*. Existem muitos espaços em nossas frentes apostólicas que podem ser potencializados para iniciativas nesse sentido.

- c. (Contribuição no processo de educação das relações étnico-raciais)** A pauta das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e da política de ações afirmativas de reconhecimento cidadão dos afrodescendentes e dos integrantes dos povos indígenas é um forte apelo para nossas frentes de ação apostólica. Sabemos que, apesar de todos os esforços legais, “as injustiças estruturais e históricas, sobretudo a grande dívida social em relação aos afrodescendentes e aos povos indígenas (...), perduram e se somam às situações de extrema pobreza” (PA/BRA, Anexo, n. 12). A grande presença de obras educacionais da BRA sugere o impacto significativo que elas podem desempenhar por meio da inovação e aperfeiçoamento dessa política e do necessário empoderamento dos sujeitos envolvidos.
- d. (Contribuição no movimento de afirmação das mulheres em seu protagonismo na sociedade)** Mesmo que as políticas públicas estejam avançando no sentido de coibir a violência contra as mulheres na sociedade (Lei 11.340/2006), o não reconhecimento do real papel das mulheres “ainda ocorre de modo incisivo e generalizado”, sendo esse quadro “ainda mais opressor se se trata das mulheres pobres e negras” (PA/BRA, Anexo, n. 9 e 10). Se a temática das mulheres nos remete, por um lado, a um horizonte sempre presente que é o da família, com todos os seus desdobramentos, inquietações e desafios, ela também nos leva a uma reflexão mais ampla sobre a questão do gênero dentro de um modelo de sociedade machista e homofóbico, que continua vivamente manifesto.
- e. (Contribuição no serviço aos refugiados e às vítimas de deslocamentos forçados)** Apesar de sermos um país que convive com muitos deslocamentos populacionais e processos de migração internos, temos fortes marcas regionalistas e, com relação aos estrangeiros, não estamos livres de manifestações xenofóbicas. Nossos trabalhos nessa frente, ainda que limitados, são desenvolvidos em consonância com a Rede Jesuíta de Serviço a Migrantes e Refugiados¹² e em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)¹³. Uma preparação séria de pessoas para atuar nessa frente é fundamental para a ampliação e continuidade efetiva desse nosso compromisso.

12 Sobre a Rede SJR, ver: <http://www.cpalsj.org/sjr-publica-su-marco-estrategico-para-2012-2015-2/> (acesso em 25 set. 2016). Na BRA destaca-se a participação no Projeto Zanmi, de acolhida a haitianos.

13 Sobre ACNUR, ver: <http://www.dhnet.org.br/abc/onu/acnur.htm> (acesso em 04 nov. 2015). Na BRA destaca-se o Projeto de Reassentamento de Refugiados, convênio Associação Antonio Vieira – ASAV/ACNUR.

21. (AS JUVENTUDES E SEU PROTAGONISMO) Nós somos desafiados também, enquanto BRA, a ter uma incidência maior junto às juventudes. Trata-se de “ampliar nossa presença entre os/as jovens e abrir nossas casas a eles/as, aprendendo deles/as a melhor maneira de servi-los/as” (PA/BRA, n. 12). A maioria de nossas frentes apostólicas tem como público principal a população jovem. Em termos de PJSa, a grande questão que se coloca é: Quais devem ser nossas contribuições para que os jovens tenham reais condições de despertar para a construção de uma sociedade sustentável? As juventudes são um desafio ímpar para toda a BRA: tanto pela amplitude da problemática em si, vivida pelos/as jovens nos dias de hoje, como pelo grande número de jovens que estão diariamente presentes nas diferentes frentes de presença apostólica da Companhia de Jesus no Brasil¹⁴.

22. (CONTRIBUIÇÃO PARA O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E COMPROMISSO COM A AMAZÔNIA) Mesmo que a sensibilidade pelas temáticas ambiental e amazônica esteja sempre mais perceptível, ela continua, em grande parte, sucumbindo em um mar cinzento de indiferença. É necessário um trabalho vigoroso de despertar das consciências, sobretudo por meio da educação, no sentido de demonstrar que esse cuidado está efetivamente associado com a permanência da vida e a sobrevivência do planeta. Somos convocados a ser agentes do redirecionamento das relações do ser humano com os bens da criação; a ser agentes do bem comum em suas expressões mais vivas e problemáticas, que são a água e a terra¹⁵.

14 Este Marco PJSa está, também, atento, por um lado, às orientações do Marco Orientador do Programa Magis Brasil (MAGIS), no que tange ao trabalho com os jovens e, por outro, às orientações da Fundação Fé e Alegria (FyA), que integra e reforça, dentro da organização da Província dos Jesuítas do Brasil (BRA), de modo especial, toda busca de Promoção da Justiça Socioambiental. Os Núcleos de Fé e Alegria estão, em seu conjunto, voltados, sobretudo, para uma atenção integral a *crianças e adolescentes* em situação de risco social e pessoal. Entendemos que se trata de um foco diretamente alinhado com a busca de despertamento do protagonismo dos jovens, assim acompanhados desde a sua infância e adolescência. Diversas Obras Sociais dentro da rede jesuíta têm também este foco.

15 Uma política pública de alta significância é o que está expresso na Lei 9.795/1999, no que diz respeito à Educação Ambiental. Com relação a esta política, as obras educacionais da BRA, dada a sua posição estratégica e importância numérica, podem desempenhar um impacto significativo.

23. (RELAÇÃO COM O PROJETO PAN-AMAZÔNICO DA CPAL – PAM-SJ – E COM A REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA – REPAM) As propostas da Repam e do Projeto Pan-Amazônico da CPAL (PAM-SJ) são, sem dúvida, importantes referências e meios para animar e direcionar o que o Plano Apostólico da BRA assume como atenção especial para a Amazônia, dom de Deus para o mundo. A agenda da PJSa no que diz respeito a essa temática deve ser construída em profunda consonância com essas duas iniciativas da Igreja e da Companhia¹⁶.

24. (MODALIDADES DE AÇÃO DENTRO DA AGENDA ESTRATÉGICA) As ações orientadas para a PJSa da BRA envolvem: desenvolvimento de pesquisas, estudos e reflexões; desenvolvimento de publicações, comunicação e divulgação; formação e educação política e cidadã e respectiva facilitação de apoios teórico-metodológicos; participação na criação e cultivo de políticas públicas efetivas, ajudando a promover mecanismos de participação social e de controle no exercício concreto da democracia; assistência social (atendimentos, assessoramentos, garantia de direitos), na perspectiva da proteção e emancipação social; espiritualidade inaciana, na perspectiva da experiência transformadora da fé e no cultivo do diálogo inter-religioso.

(G) OS SEIS MODOS DE PROCEDER

25. O Plano Apostólico da BRA proporciona-nos um instrumento vigoroso próprio da Companhia de Jesus, ao explicitar os “seis modos de proceder” da ação apostólica, como instrumento de avaliação das nossas ações e, assim também, de avaliação da PJSa: 1) Atenção à qualidade e pertinência de nossas *presenças*; 2) Atenção à qualidade e pertinência de nosso serviço ao conhecimento (*ministério instruído*); 3) Atenção à qualidade e pertinência

¹⁶ O mapa da Companhia de Jesus no Brasil, hoje, mostra uma concentração evidente de jesuítas no Sul e no Sudeste e uma ausência maior no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte. E, ao se afirmar que há uma boa consciência ecológica em muitas frentes apostólicas, nota-se que em geral isso continua muito pouco associado ao cuidado com a Amazônia como dom de Deus para o mundo. Eis um enorme desafio para a formação dos jesuítas, assim como a formação permanente das equipes que atuam nas frentes de apostolado da Companhia.

de nossas ações de *formação de lideranças*; 4) Atenção à qualidade e pertinência da nossa *colaboração com os outros*; 5) Atenção à qualidade e pertinência do uso que fazemos dos novos meios e *novas linguagens*; 6) Atenção à qualidade e pertinência da *incidência social, política e cultural* de nossas ações.

(H) PERSPECTIVAS E INDICAÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PJSA

26. O Fórum Permanente de Interlocação sobre a Justiça Socioambiental (FJSA)¹⁷ tem como função manter um diálogo continuado, de troca de informações e reflexões, facilitando a informação atualizada do Governo da Província e de todo o Corpo Apostólico, a respeito das principais iniciativas e desafios concernentes a essa dimensão de nossas Ações Apostólicas.

27. Além desse Fórum, identificam-se em cada plataforma *polos de referência e enlaces* da dimensão da PJSA, como *centros sociais* bem localizados e assumidos pela Província ou outras instâncias (*institutos, núcleos, grupos ou pessoas*), reconhecidos e constituídos como imprescindíveis para a retroalimentação permanente da rede da PJSA.

28. Os Institutos Humanitas das Universidades (IHU), tanto o da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), como também os Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi) dessas instituições, o Núcleo Interdisciplinar do Meio Ambiente (Nima) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e as demais instituições de Educação Superior integradas no escopo de orientação da Companhia de Jesus, com o Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (Unifei) e Escola Superior de Direito Dom Helder Câmara (ESDDHC), de forma articulada, poderão ser dinamizadores do debate atual

¹⁷ O FJSA é integrado por interlocutores das plataformas nomeados pelos respectivos superiores, pelos participantes do Seminário-Oficina de Brasília (outubro de 2015) e pelos coordenadores de centros sociais, representantes de FyA, Magis, Fories, Rje, Ihu, Neabi, Paróquias, Coordenações de A.S. das Mantenedoras e áreas temáticas inerentes à agenda do Marco PJSA.

no que diz respeito à PJSA, dentro da agenda estratégica explicitada neste Marco (Título F), no qual a rede se move. Além das publicações e dos diferentes meios eletrônicos de comunicação e divulgação, um diálogo permanente com a Província poderá ser uma forma de interlocução dos debates, desenvolvidos nesses meios, com toda a rede de PJSA da Província.

29. Múltiplos pontos de ancoragem da rede de PJSA como multiplicadores e de retroalimentação de suas ações, no âmbito da Província, poderão ser desenvolvidos nas Presenças de Educação Popular e dos Núcleos de Fé e Alegria, dos Centros, Casas e Espaços do Programa Magis Brasil (MAGIS), das Instituições de Educação Básica, das Instituições de Educação Superior, das Casas de Formação Jesuíta, das Paróquias e demais frentes apostólicas.

30. Um papel-chave na articulação e retroalimentação da rede de PJSA deverá ser exercido, no futuro, na medida de sua implantação, pelo *Observatório Nacional de Justiça Socioambiental*. Com uma estrutura leve e ágil, esse observatório ajudará a colher os dados, materiais, informações junto aos diferentes pontos da rede, para, de forma sistemática, manter a atualidade em torno de temáticas previamente identificadas dentro da agenda estratégica deste Marco PJSA.

31. A busca permanente de interlocução com atores e instituições externos às frentes de ação apostólica da Companhia e da Igreja deverá estar sempre em pauta e possibilitada na medida em que houver convergência de objetivos e condições de estabelecer sinergias.

(I) ENCAMINHAMENTOS TRANSITÓRIOS

32. Sugeriu-se que o texto deste Marco seja publicado acompanhado de um registro histórico do processo do Apostolado Social Jesuíta no Brasil e também com possíveis links que remetam a textos ou documentos de maior detalhamento e aprofundamento em alguns aspectos.

33. Sugeriu-se, também, que o próximo Seminário-Oficina sobre a Promoção da Justiça Socioambiental seja voltado especificamente para as “linhas temáticas e modalidades de ação” mencionadas na agenda estratégica deste documento.

34. No Seminário-Oficina de Brasília, DF, foi sugerida a constituição de um Conselho Editorial do Observatório, o que foi feito buscando-se a melhor representatividade possível de toda a Rede de Promoção da Justiça Socioambiental¹⁸.

35. Foi sugerida como agenda temática inicial do Observatório a atenção aos povos da Amazônia, como os grupos originários (indígenas), as comunidades ribeirinhas, as comunidades quilombolas e outros agrupamentos.

EM TUDO AMAR E SERVIR

ANEXOS

Anexo I **A missão: CPAL, BRA, PAM-SJ.**

Em nível de América Latina e Caribe, a Conferência dos Provinciais Jesuítas (CPAL) definiu essa missão como:

Anunciar a pessoa de Cristo, animados pelo poder do Espírito, para testemunhar os valores do reinado do Pai, a partir da Igreja e em colaboração com outros. Para isso, em meio à diversidade de povos e culturas profundamente atravessados pela injustiça, ameaçados em sua identidade e cerceados em suas oportunidades comuns, nos sentimos chamados, a partir de nossa espiritualidade, a manifestar a vida de Deus no meio de nossa história, estando ao lado dos mais pobres e excluídos, promovendo a justiça que brota da fé, colaborando na formação e educação, sobretudo dos jovens, promovendo o diálogo intercultural e inter-religioso, comprometidos com a nossa integração latino-americana e caribenha (PAC/CPAL, 2011-2020, p. 16).

¹⁸ No processo de organização do Observatório, que se deu ao longo do segundo semestre de 2016, esse Conselho passou a ser denominado "Conselho de Coordenação do Observatório".

O Plano Apostólico da **Província dos Jesuítas do Brasil (PA/BRA)**, em termos de missão, se expressa assim:

Colocados com Cristo no coração da nossa realidade, nós, jesuítas do Brasil, somos movidos a alimentar a Vida de Deus em todo ser humano e em toda a criação, manifestando um cuidado especial com os mais pobres e com toda vida ameaçada. Como homens de Igreja, “servidores da missão de Cristo” e inflamados por sua paixão e pelo Reino, sentimo-nos enviados às novas fronteiras de nosso país, de nosso continente e do mundo, chamados a reinventar nosso serviço à fé, à promoção da justiça e ao diálogo com as culturas e com as religiões, colaborando com outros/as para que se realize o projeto divino de reconciliação para a maior glória de Deus e a salvação do mundo (PA/BRA, 2015-2020, n. 6).

Em 2014 foi iniciado, no âmbito da CPAL, o **Projeto Pan- Amazônico (PAM-SJ)** que congrega, também, a Província dos Jesuítas do Brasil. Esse Projeto, constituído com a participação de sete Províncias Jesuítas, formulou sua missão como:

Defender e promover a vida e o ambiente sustentável na Pan-Amazônia, em solidariedade com os mais pobres e excluídos e, em particular, com os povos indígenas, em aliança com as obras da Companhia de Jesus, presentes nos diversos países amazônicos, com as redes da CPAL e com outros atores da região, tendo em vista conseguir uma maior incidência nas decisões que afetam este território e suas populações (CPAL-PAM-SJ., 2014).

Anexo II

Pedagogia inaciana: momentos geradores

No caminho trilhado pela pedagogia inaciana, normalmente são definidos cinco “momentos geradores” articulados e integrados¹, tendo como ponto de partida a

1 O processo pedagógico inaciano é concebido através de cinco momentos fundamentais, os quais – é preciso que isso fique bem claro – não se confundem com etapas estanques. A ideia de momento indica a circunstância de um processo contínuo, no qual nenhum dos momentos está isolado dos demais. Uma abordagem mais completa do processo pedagógico inaciano pode ser encontrada na publicação *Características da educação da Companhia de Jesus*, São Paulo, Loyola, 1991 (Coleção Documenta SJ – 4). Está presente o entendimento de que em todos os processos vividos pelos seres humanos existe produção de conhecimento. Em outras palavras, todos os “momentos” referidos são “geradores” de mobilização do conhecimento e da ação prática transformadora.

vida e o contexto social e histórico do ser humano:

- a) Observa-se o *contexto* em que as pessoas vivem e como se relacionam;
- b) Sente-se esse contexto envolvendo o reviver *experiências* da ação humana e da convivência entre as pessoas, em sociedade e com a natureza;
- c) A partir de uma *reflexão* sobre o contexto e as experiências estrutura-se uma proposta de ação;
- d) Na *ação* instaura-se o processo de incidência e transformação;
- e) Pela *avaliação* verifica-se a eficácia do processo e abre-se para um novo processo de ação, com novo contexto, novas experiências, nova reflexão, nova ação e nova avaliação.

Anexo III

Matriz do Marco para a Promoção da Justiça Socioambiental

A. Província dos Jesuítas do Brasil: Missão da Companhia de Jesus; Plano Apostólico da Província; Ecologia Integral – Princípio; Promoção da Justiça Socioambiental.

B. Conceito de Justiça Socioambiental: Reconhecimento do outro – Superação de preconceitos e discriminações; Inclusão social – Superação da pobreza e desigualdades; Cuidado ambiental – preservação do ecossistema.

C. Agendas Estratégicas – Preferências Apostólicas: Experiência transformadora da fé; Superação do abismo das desigualdades sociais; As juventudes e seu protagonismo; Atenção para Amazônia.

D. Temas ou Áreas Temáticas: Políticas públicas; Economia solidária; Afrodescendentes e indígenas; Gênero; Protagonismo das mulheres; Juventudes; Promoção socioeducativa (crianças e adolescentes); Migrantes e Refugiados; Consciência Amazônica.

E. Obras e Centros: Centros sociais (CCIAS, CEPAT, CBFJ, CEAS, SARES); IHUs (Unisinos e Unicap); NEABIs (Unisinos e Unicap); NIMA (PUC-Rio); Coordenações de Assistência Social (ANEAS, ANI, ASAV); Obras sociais (CJCIAS, CSF, OCA, ZANMI, CSPA, CAC).

F. Redes: Observatório Socioambiental – OLMA; Rede de Promoção da Justiça Socioambiental; Rede de Articulação no Serviço à Amazônia + PAM-SJ (CPAL) + REPAM; Instituições de Educação Superior – FORIES; Rede Jesuíta de Educação – RJE; Fundação Fé e Alegria – FYA; Programa Magis Brasil – MAGIS; Paróquias Jesuítas; Centros de Espiritualidade.

G. Modalidades de Ação: Pesquisas, estudos e reflexão; Publicação, comunicação e divulgação; Formação e educação política e cidadã (Educação Popular); Cultivo de políticas públicas efetivas; Assistência social (atendimentos, assessoramentos, garantia de direitos); Espiritualidade Inaciana.





Rua Professor Alfredo Gomes, 32 | Botafogo
CEP 22251-080 | Rio de Janeiro - RJ | Brasil
Tel. +55 21 2527-1116

www.jesuitasbrasil.com